

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1762035 - SE (2018/0217740-3)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

AGRAVANTE : RMN - SANTOS, FILHAS PARTICIPACAO E ADMINISTRACAO EMPRESARIAL E PATRIMONIAL LTDA

**ADVOGADOS : MÁRCIO MACÊDO CONRADO - SE003806
NELSON WILIANES FRATONI RODRIGUES - SE000484A
NILO DE AZEVEDO STRAPPA NETO E OUTRO(S) - SE008207**

AGRAVADO : JOAO SAMPAIO D AVILA

**ADVOGADOS : RICARDO MUCIO SANTANA DE ABREU LIMA JUNIOR - SE005551
HUMBERTO ROLLEMBERG FONTES FILHO - SE005635**

MATHEUS DE ABREU CHAGAS - SE000781A

INTERES. : TBK CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA

EMENTA

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. DECISÃO UNIPESSOAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Cuida-se, na origem, de ação de rescisão de promessa de compra e venda de imóvel (lote urbano) c/c pedido de compensação por danos morais, ajuizada em razão de atraso na entrega do loteamento residencial e má execução das obras do empreendimento.

2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

3. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.

4. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao atraso da agravante na entrega do empreendimento, bem como quanto à sua culpa pelo desfazimento do contrato, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

5. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

6. Decisão unipessoal não é adequada para comprovação da divergência jurisprudencial.

7. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministra Nancy Andrigli
Relatora